

# **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA no município de Toledo - PR**

## **Dieteron Debus**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Marechal Candido Rondon  
e-mail: dita.debus@gmail.com

## **Nardel Luiz Soares da Silva**

Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Marechal Candido Rondon  
e-mail: nardel.silva@unioeste.br

## **Angelita Pinto Libermann**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Marechal Candido Rondon  
e-mail: angel\_libermann@hotmail.com

## **Cristiano Luiz Metzner**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Marechal Candido Rondon  
e-mail: suko\_cm@hotmail.com

## **Geraldo Valentin Ribeiro Filho**

Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Marechal Candido Rondon  
e-mail: suko\_cm@hotmail.com

## **Resumo**

Dentre as políticas públicas voltadas para a produção de alimentos uma que merece destaque é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Neste sentido, este estudo objetiva analisar o perfil dos agricultores familiares que fornecem alimentos ao PAA através da modalidade de Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, no Município de Toledo – PR. Para atender a esse objetivo, foi realizada uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo abrangendo o contexto social, econômico e ambiental. Para análise e interpretação das informações utilizou-se o Programa Statistical Package for Social Sciences - SPSS. Os resultados apontam que o programa vem contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar com a geração de renda, incentivando a diversidade de produção, a fidelidade na permanência no programa, a ampliação nos estoques de alimentos para distribuição dos programas alimentares e a inclusão social dos produtores rurais.

**Palavras-chaves:** Programa de Aquisição de Alimentos; agricultura familiar; políticas públicas.

## **Profile assessment of the farmers who supply products for the Food Acquisition Program - PAA in the municipality of Toledo - PR.**

### **Abstract**

Among the public policies for food production one worth mentioning is the Food Acquisition Program - PAA. Thus, this study aims to analyze the profile of family farmers that provide food to the PAA through the Buy Direct mode Family Agriculture for Simultaneous Donation, in the city of Toledo - PR. To achieve this goal, a documental, bibliographic and field research was carried out covering social, economic and environmental context. For analysis and interpretation of information we used the Statistical Package for Social Sciences Program - SPSS. The results show that the program has contributed to the strengthening of family farming income generation, encouraging the diversity of production, fidelity in the program permanence, increase in food stocks for distribution to the food programs and social inclusion of rural producers.

**Keywords:** Food Acquisition Program; family farming; public policy.

## **Evaluación del perfil de los agricultores que suministran productos al Programa de Adquisición de Alimentos - PAA en la municipalidad de Toledo - PR.**

### **Resumen**

Entre las políticas públicas para la producción de alimentos vale la pena mencionar el Programa de Adquisición de Alimentos - PAA. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo analizar el perfil de las familias de agricultores que suministran alimentos al PAA por medio de la compra directa de Agricultura Familiar para la simultánea Donación, en la ciudad de Toledo - PR. Para cumplir con este objetivo se llevó a cabo una investigación documental, bibliográfica y de campo que abarca el contexto social, económico y ambiental. Para el análisis e interpretación de la información se utilizó el paquete estadístico para el Programa de Ciencias Sociales - SPSS. Los resultados muestran que el programa ha contribuido al fortalecimiento de la agricultura para generar ingresos mediante el fomento de la diversidad de la producción, la fidelidad en la permanencia en el programa, el aumento de las reservas de alimentos para la distribución de programas de alimentos y la inclusión social de los productores rurales.

**Palabras clave:** Programa de Adquisición de Alimentos; agricultura familiar; política pública.

### **Introdução**

Um dos maiores desafios das políticas públicas atuais é conciliar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, tanto no meio rural, como também no meio urbano.

Nesse sentido, o presente estudo busca analisar o perfil dos agricultores familiares que fornecem alimentos ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o reflexo desta política pública para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores envolvidos.

Esta política pública justifica-se pela importância socioeconômica que tem para agricultura familiar do país. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário -

MDA, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural, responde no Brasil por 7 (sete) de cada 10 (dez) empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das propriedades do tipo familiar. Em 2009, cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar distribuída pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab originaram-se da Agricultura Familiar (CONAB, 2014).

Além da absorção da mão-de-obra e da significativa contribuição na produção dos alimentos, a agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Uma parte da produção da agricultura familiar, atualmente, vem sendo comercializada para o PAA do governo federal. Nesse sentido, a agricultura familiar se destaca como o principal seguimento da agricultura participante do PAA.

O PAA é um instrumento de política pública instituída no ano de 2003, e representou um marco na política agrícola brasileira revelando, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da produção familiar. Com isso os agricultores familiares se sentem mais seguros em produzir, pois parte de sua produção tem um destino garantido. Além disto, os alimentos adquiridos pelo PAA são designados para grupos de pessoas que se encontram em insegurança alimentar.

O investimento em uma política de desenvolvimento na agricultura familiar no Brasil tem as melhores condições para promovê-lo, diferente do modelo de apoio à agricultura patronal voltada para a exportação (SACHS apud FELIPPI, 2001).

Nesse meio em articulação com outras ações, amplia-se e as possibilidades de melhorar as condições de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural.

Assim, o presente artigo discute a temática do PAA no município de Toledo oeste do estado do Paraná. Segundo dados do IBGE (2010) a população estimada do município é de 119.313 habitantes, dos quais 11.054 são rurais e 108.259 urbanas. Em 2014, o município contava com 189 produtores cadastrados no PAA, os quais produziam uma variedade de produtos, entre eles, carnes, verduras, legumes, panificados, entre outros.

A pesquisa parte dessa introdução, em seguida apresenta os materiais e métodos e após se discute brevemente a temática sobre agricultura familiar e o acesso ao PAA. Posteriormente se apresenta e analisa os dados da pesquisa.

## **Material e método**

O presente estudo foi desenvolvido no município de Toledo - PR, durante o ano de 2014, através de uma pesquisa quantitativa, tendo com suporte um formulário estruturado e elaborado para esta finalidade.

Os agricultores familiares pesquisados são os inscritos no PAA do município de Toledo, definidos por conveniência, a partir de uma listagem levantada junto ao gestor do programa no município, que conta com 189 produtores cadastrados, dos quais, 21 foram entrevistados.

No formulário foram analisados indicadores que colaboram na compreensão mais abrangente de diversos aspectos ligados a produção de alimentos que interferem no resultado final da mesma e também podem influenciar na estrutura econômica, social e ambiental da propriedade.

Nesse caso, a pesquisa realizada é do tipo quantitativa, que segundo Fonseca (2002) está pautada na objetividade, constituindo uma descrição verdadeira de determinada população ou fenômeno. Para isto utiliza-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a observação sistemática. Essa forma de abordagem também “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e técnicas estatísticas” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Para análise dos dados foi utilizado o Programa STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES - SPSS, versão 20, empregado para analisar técnicas estatísticas básicas e avançadas de grande amplitude (PEREIRA, 2006), através do qual foi realizada a análise e cruzamento dos dados.

## **Agricultura familiar e o acesso ao PAA**

Para entender o objetivo desse artigo, primeiramente é necessário minimamente definir o entendimento que gira em torno do conceito da agricultura familiar.

Nesse sentido, segundo a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 1996, define como agricultor familiar àquele que desenvolve suas atividades no meio rural, atendendo os seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Além disso, a agricultura familiar também é reconhecida pela sua importância na produção de alimentos. Dados oficiais do Censo Agropecuário de 2006 apontam a participação da agricultura familiar em algumas culturas:

87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão (sendo 76% do feijão-preto, 84% do feijão fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves, 30% dos bovinos, e produzem 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. (IBGE, 2006, p. 26).

Nesse meio, a importância da agricultura familiar no Brasil é evidenciada pelos dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, os quais indicam ser responsável por 77% da ocupação no meio rural e por 37% da produção agrícola no país (SACHS, 2008, p.124).

Contudo, a agricultura familiar não é somente um modo de organização produtiva de alimentos, mas sim “um modo de vida que preserva a paisagem, a biodiversidade e diversos aspectos econômicos e culturais de importância fundamental na construção de um desenvolvimento rural sustentável” (MDA; FAO 2004, p. 9).

Peraci e Bittencourt, (2010, p. 191) assinalam que mesmo que os agricultores familiares representam mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários e terem uma produção expressiva na agropecuária, principalmente os produtos relacionados à cesta básica, na maioria das vezes, tem um acesso precário às políticas agrícolas.

Para minimizar essas problemáticas foram implementadas, no meio rural, políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva dos agricultores familiares, como no caso o PAA, instituído em 2003, compondo-se como uma estratégia política do Programa Fome Zero.

Ainda, conforme Peraci e Bittencourt, (2010, p. 197), o programa tem como objetivos:

- I – incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para a segurança alimentar;
- II – gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal;
- III – incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde estes eram frágeis ou inexistentes;
- IV – ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- V – promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Nesse meio, com a institucionalização do PAA pela lei nº 10.696 de 2003, assegurou-se aos agricultores familiares a garantia da aquisição de seus produtos pelo governo e com isso lhes transmite segurança em produzir mais e melhor.

Com o objetivo de simplificar o processo de compra, o PAA tem operado atualmente por meio de cinco modalidades de compra: A Compra com Doação Simultânea (CDL); Compra Direta (CDAF); Apoio à Formação de Estoques (CPR – Estoques); Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite (PL) e a Compra antecipada. Conta ainda, com um investimento de mais de R\$ 1 bilhão de reais no plano safra 2012/2013, crescendo mais de 600% em relação ao ano de 2003. (MDA, 2014).

O PAA tem repercussão em todo o território nacional apresentando resultados positivos em suas unidades federativas, como também, mudanças na vida dos produtores e das pessoas que consomem os alimentos.

No caso do Paraná, a coordenação estadual do PAA está sob a responsabilidade de duas entidades gestoras, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP. Segundo informações do Coordenador Estadual do PAA da SETP, os principais resultados obtidos pelo PAA foram:

Melhoria das condições de trabalho das merendeiras; diminuição da evasão escolar no Ensino Jovem Adulto-EJA; diminuição da desnutrição infantil; diversificação da produção de alimentos nos estabelecimentos agropecuários e "criação" de renda para agricultura familiar; diminuição de medicamentos em escolas e creches; substituição de sopa pela refeição preparada com alimentos frescos; consolidação de a cultura alimentar regional; novos mecanismos de comercialização para os agricultores através da venda para moradores urbanos e feiras (DORETTO; MICHELLON, 2007, p. 6).

Em 2009, foram comercializadas mais de 8.849.192 kg de alimentos produzidos em mais de 340 municípios, envolvendo recursos na ordem de R\$ 15.041.103,49 disponibilizados pelo MDA/MDS e operacionalizados pela CONAB e SETP (RAUPP et al, 2010).

Estes resultados apontam para um programa que em sua totalidade movimenta e aquece a economia local, possibilitando produções alternativas e rentáveis dentro das propriedades da agricultura familiar. Nesse sentido, o PAA vem apresentando uma expressiva evolução tanto em valores aplicados e número de municípios favorecidos como em famílias beneficiadas e resultados obtidos.

Especificamente no município de Toledo, o programa estabeleceu-se a partir de 2006. Desde o primeiro ano de execução do PAA no município foram repassados mais de R\$ 5,5 milhões para a aquisição de 1,5 mil toneladas de alimentos produzidos por cerca de 500 famílias agricultoras, distribuídas por todo o município, as quais diversificaram sua

produção, fortaleceram o associativismo e deram visibilidade às suas comunidades, através dos grupos de produção e principalmente melhoraram a renda familiar (BRASIL, 2014).

Ademais, o produtor familiar pode se beneficiar de várias maneiras, com a garantia de mercado aos produtos, a criação de parcerias e a formação de pequenas agroindústrias. Além disso, é possível o produtor agregar valor aos seus produtos aproveitando em conjunto as instalações das associações para preparação de seus produtos. Dentre os produtos fornecidos pelos produtores familiares do município, estão: hortaliças, cereais, carnes bovinas e suínas, derivados do leite, bolachas, pães, peixes, sucos, etc.

Cabe ressaltar, nesse caso, que a compra com doação simultânea é a modalidade mais utilizada no município. Essa modalidade permite a aquisição de alimentos in natura, processados e industrializados com um limite de R\$ 4.000 por ano por produtor. Os produtos são utilizados nas refeições servidas nas escolas públicas municipais, creches comunitárias, asilos, casas de recuperação, além dos cinco restaurantes populares do município. “Cerca de 80% do que vem do PAA em Toledo vai para a Cozinha Social, uma imensa cozinha industrial, toda equipada com geladeiras, usina de produção de leite de soja, câmaras frias para armazenagem das carnes, entre outros equipamentos” (BRASIL, 2014).

Por consequência, o PAA contribui com a garantia de renda para os agricultores familiares, pois propicia a aquisição de alimentos e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens (BRASIL, 2014).

## Resultados e discussão

A partir do levantamento das informações e da análise de dados primários e secundários, vários indicadores possibilitam alcançar o objetivo proposto no presente estudo. Sendo assim, a seguir, são apresentados os resultados e uma discussão sobre os indicadores considerados como mais relevantes:

**Posse da terra:** partindo do tipo de posse da terra, o qual é sem dúvida um indicador muito relevante nos estudos de desenvolvimento rural, pode-se classificar o público estudado em três níveis, ou seja, proprietário, arrendatário ou parceiro. Identificou-se que das 21 propriedades visitadas para o trabalho, 81% das posses são proprietários, 19% são mistas, ou seja, parte da propriedade utilizada para o desenvolvimento das atividades é própria e uma parte arrendada. Quanto ao tipo parceria, não foi identificado nenhum caso.

**Máquinas e equipamentos:** quanto ao indicador equipamentos, 60% dos agricultores familiares não possuem e/ou, os equipamentos são inadequados ou insuficientes para a realização dos trabalhos nas propriedades.

A falta de pequenas máquinas e equipamentos adequados é sem dúvida, um fator que contribui para que os agricultores não tenham eficiência técnica em suas atividades, consequentemente isto afetará o retorno econômico das mesmas.

Além disso, é necessário que a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER oriente os agricultores para acessar linhas de créditos atualmente disponíveis, para aquisição de equipamentos adequados, visando uma melhor eficiência técnica nas atividades agropecuárias, favorecendo, principalmente às pessoas em idade mais avançada, menor penosidade no trabalho.

**ATER:** Em relação à Assistência Técnica, foi confirmado que 76% dos entrevistados tem acesso a este serviço. Sendo que estes a consideram de boa qualidade. Nesse sentido cabe destacar a importância da assistência técnica e extensão rural pública para os agricultores familiares visto que estes possuem inúmeras dificuldades no acesso a informação. A ATER por meio dos extensionistas é um instrumento viabilizador e mediador para as políticas públicas chegarem ao meio rural.

Através da ATER, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, mais de 4,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar “passaram a ter direito a um serviço qualificado e em quantidade suficiente para atender as suas demandas de produção, comercialização, organização social, entre outras questões do campo” (SILVA, 2013, p. 156).

**Meio Ambiente:** quanto à questão ambiental, 59% responderam que possuem reserva legal e mata ciliar, 16,4% tem nascente de água dentro da propriedade e 24,6% fazem uso de agrotóxico. Quanto ao lixo das propriedades 26,8% é queimado nas propriedades, 14,6% é enterrado, 34,1% é recolhido pelo município para reciclagem e 24,4% levado ao aterro ou outro destino.

Esses indicadores estão intrinsecamente ligados à saúde da população. A contaminação de ambientes rurais pelo modelo produtivo do agronegócio, muito presente na região estudada, deveria ser alterada pela ação do estado através de políticas públicas, com investimentos na recuperação das reservas e mata ciliar, tratamento do lixo, proteção de nascentes e a correta destinação das embalagens.

Nesse meio, no que diz respeito à utilização de agrotóxicos, os dados da pesquisa reafirmam com o evidenciado nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Paraná - IPARDES 2013, o qual indica que 27% das pequenas propriedades usam agrotóxicos. Cabe ressaltar ainda, que a produção de hortaliças é responsável pelo consumo de 20 % dos fungicidas comercializados no país e que um terço dos alimentos consumidos

frequentemente pelos brasileiros está contaminado por agrotóxicos (MOLINA, 2012 *apud* IPARDES, 2013).

A análise dos indicadores ambientais é determinante em estudos relacionados ao desenvolvimento sustentável, pois atualmente, deve-se pensar em uma agricultura de longo prazo, sobre a qual, busca-se um equilíbrio entre as dimensões socioeconômicas e ambientais.

**Distribuição espacial das unidades de produção:** a distribuição das propriedades pelo município e sua distância da cidade para atender ao programa é um indicador que pode influenciar o abastecimento. Assim foram identificadas 4 propriedades com distâncias menores que 10 Km - 19%, e 10 propriedades com distâncias entre 10 e 20 Km - 47,6%. No intervalo entre 20 e 30, foram também 4 propriedades (19%) e 3 (14,6%) tiveram distância com mais de 30 Km da sede do município.

**Tabela 1: Distribuição das Propriedades em Relação ao Centro do Município.**

<b>Distância em Km</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Menor que 10	4	19
Entre 10 e 20	10	47,6
Entre 20 e 30	4	19
Maior que 30	3	14,4
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

Org. Autores.

Observa-se pelos resultados que 66,6% das propriedades, localizam-se a uma distância menor que 20 Km, e, o restante 35% a uma distância maior que 20 Km da sede do município. Este indicador não tem comprometido a regularidade na entrega dos produtos adquiridos pelo programa.

O fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das "prerrogativas", que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor. (FARIA,1991 *apud* ABRAMOVAY,1999).

**Tamanho das propriedades versus Renda Bruta:** na Tabela 2, comparando as faixas de renda até 3 salários mínimos - SMM com o tamanho das propriedades, observa-se um somatório de 3 (14,3%) das propriedades, sendo 2 (66,66%) associadas aos extratos de 5,1-10 e uma (33,33%) associada ao extrato 15,1-20 hectares. No extrato entre 3 e 5 SMM contabilizou-se 6 (28,6%) propriedades, sendo 4(%) associadas ao extrato até 5 hectares, 1(4,8%) associada ao extrato 10,1-15 hectares e 1(4,8%) associada ao extrato 15,1-20 hectares. Para a faixa de renda bruta maior que 5 SMM, contabilizou-se 12 das propriedades, sendo que 3(%) associadas ao extrato até 5 hectares, 3(%) associadas ao extrato 10,1-15 hectares e 6(%) associadas ao extrato maior que 20 hectares.

Analisando os resultados da Tabela 2, observa-se que não há uma associação linear entre tamanho de propriedade e renda obtida mensalmente. Isto permite-nos concluir, que a renda obtida nas unidades de produção analisadas podem ser melhoradas não somente com o aumento da área, mas também, pela forma que é conduzida a unidade produtiva, ou seja, sua forma de gestão.

**Tabela 2: Associação entre Tamanho da Propriedade e Renda Bruta em Salários Mínimos Mensais (SMM), das Propriedades que Comercializam Alimentos com o PAA, Que Fizeram Parte do Estudo, Toledo-PR, 2014.**

Área em ha	Ate3 SMM	Entre 3 e 5 SMM	Maior que 5 SMM	Total
Até 5	0	4	3	7
Entre 5,1 e 10	2	0	0	2
Entre 10,1 e 15	0	1	3	4
Entre 15,1 e 20	1	1	0	2
Maior que 20	0	0	6	6
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>21</b>

Org. Autores.

**Produtos comercializados:** a diversidade de produtos entregues mostra a variedade de culturas de produção dentro das propriedades que fornecem mais do que um produto ao programa ampliando assim seu ganho e um melhor aproveitamento da propriedade.

Na Tabela 3 observa-se os tipos de produtos comercializados e o número de propriedades que fornecem o produto, destacando-se as carnes 8 (29,6%), hortaliças 7 (25,9%), panificados 5 (18,5%), frutas 3 (11,1%), massas 3 (11,51%) e outros 1 (3,7%).

As informações da Tabela 3 são muito relevantes para os gestores municipais do PAA, os quais estão diretamente envolvidos com a aquisição dos alimentos. Isto porque, para desenvolver ações com vistas a sustentabilidade desta importante política pública é necessário conhecer o que e como são produzidos os alimentos. Assim é possível, dialogar com os produtores para que produzam os alimentos que o programa tem demanda, em quantidade, qualidade e regularidade de oferta.

Em 2009, o PAA adquiriu produtos de 142,9 mil agricultores, totalizando 458 mil toneladas de produtos, permitindo a distribuição de alimentos para mais de 10,5 milhões de famílias (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

**Tabela 3: Tipos de Produtos Comercializados com o PAA, das Propriedades que Fizeram Parte do Estudo, Toledo-PR, 2014.**

Item	Frequência	%
Carnes	8	29,6
Hortaliças e legumes	7	25,9
Panificados	5	18,5

Frutas	3	11,1
Massas	3	11,1
Outros	1	3,70
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

Org. Autores.

**Tempo de comercialização com o PAA:** o indicador tempo de comercialização com o programa é relevante para que se possa saber se há um descontentamento, ou, se o PAA é uma alternativa viável para os agricultores. Na Tabela 4, observa-se que existem produtores que comercializam a menos de 3 anos (14,3%), contudo, 23,8% dos produtores comercializam a mais de 7 anos no programa.

A partir deste indicador, entende-se que se o PAA não fosse uma política viável, estes produtores não permaneceriam comercializando seus produtos por tanto tempo.

**Tabela 4: Tempo que o Agricultor que fez Parte do Estudo, comercializa os Produtos com o PAA, Toledo-PR, 2014.**

Tempo em anos	Frequência	%
Menor que 3	3	14,3
Entre 3 e 5	7	33,3
Entre 5 e 7	6	28,6
Maior que 7	5	23,8
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100,0</b>

Org. Autores.

**Canal de comercialização dos produtos:** na Tabela 5, observa-se que os agricultores não se tornam dependentes apenas do PAA para comercializarem seus produtos, estes, buscam numa gama de canais para garantir a venda da produção.

**Tabela 5: Canal de Comercialização dos Produtos Além do PAA, Toledo-PR, 2014.**

Canal de comercialização	Frequência	% das respostas	% dos Casos
Feiras de agricultores	6	11,1	28,6
Terceiros	9	16,7	42,9
Restaurante	2	3,7	9,5
PNAE merenda escolar	13	24,1	61,9
Mercados	6	11,1	28,6
De porta em Porta	2	3,7	9,5
Cooperativas Locais	12	22,2	57,1
Outros	4	7,4	19,0
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>	<b>257,1</b>

Org. Autores.

**Fontes de renda:** na Tabela 6, buscou-se saber qual era a importância do PAA na renda da propriedade. Observa-se que apenas um agricultor tem a comercialização de

produtos com o PAA em primeira posição. A partir destes dados, comprova-se que o PAA é uma opção complementar para garantir a entrada de dinheiro nas unidades de produção.

**Tabela 6: Principais Fontes de Renda das Famílias dos Agricultores que Fizeram Parte do Estudo, Toledo-PR, 2014.**

Fonte de Renda/Ordem	1 <sup>a</sup>		2 <sup>a</sup>		3 <sup>a</sup>		4 <sup>a</sup>	
	F	%	F	%	F	%	F	%
Produtos para o PAA	1	4,8	4	20,0	8	44,4	7	87,5
Produtos para o PNAE	2	9,5	6	30,0	4	22,2	1	12,5
Avicultura	1	4,8	-	-	-	-	-	-
Agricultura	-	-	7	35,0	4	22,2	-	-
Bovinocultura de leite	10	47,6	-	-	1	5,6	-	-
Bovinocultura de corte	-	-	-	-	1	5,6	-	-
Suinocultura	3	14,3	1	5,0	-	-	-	-
Outras	4	19,0	2	10,0	-	-	-	-

Org. Autores.

**Satisfação dos agricultores com o preço pago pelos produtos:** a satisfação com os valores pagos aos produtos demonstra o termômetro de manter o programa funcionando garantindo satisfação e qualidade. Observa-se na Tabela 7 que 15 (71,4%) dos agricultores consideram o valor pago bom, distribuídos em todas as categorias de produtos. Já 7 agricultores (33,4%) consideram o valor pago regular. Somente 1 (4,8%) considerou o valor ótimo e 1 (4,8%) considerou o valor ruim.

Sobre os resultados da Tabela 7, merece destaque a associação entre o nível de satisfação “Bom”, 71,4% dos agricultores, com a diversificação de produtos comercializados, contrastando com aqueles que comercializam apenas um produto, para os quais o grau de satisfação são extremo, ou seja, ótimo ou ruim.

A explicação vem ao encontro das orientações baseadas nos princípios da sustentabilidade das unidades de produção familiar, ou seja, quanto mais diversificadas forem as atividades nas propriedades rurais, estas tendem a um equilíbrio. Porque os agricultores que comercializam um número maior de produto consideram os preços bons? A resposta para a pergunta pode ser a seguinte: quando o preço de um produto não é o desejável, este é compensado pelo preço de outros produtos que pode estar acima do esperado. Esta análise também pode ser feita para os extremos que comercializam apenas um produto, ou seja, aquele que tem no momento da comercialização um bom preço, este avalia o preço como ótimo. Numa situação inversa, ou seja, o preço pago não sendo o desejado, este é avaliado como ruim.

**Tabela 7: Associação entre o nível de satisfação dos agricultores, com o preço pago por cada tipo de produto comercializado com o PAA, Toledo-PR, 2014.**

<b>Nível de satisfação</b>	<b>Origem animal</b>	<b>Origem Vegetal</b>	<b>Panificados</b>	<b>Industrializados</b>	<b>Total</b>
Ótima	1	0	0	0	1
Bom	4	6	3	2	15
Regular	4	1	1	1	7
Ruim	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>24</b>

Org. Autores

Segundo Peraci e Bittencourt (2010), a base para criação do Programa de aquisição de alimentos tinha por objetivos incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, gerar renda com a venda do excedente de sua produção ao governo federal, incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar, ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (PERACI e BITTENCOURT, 2010).

Assim, considerando as observações de Wanderley (2000), que a partir da criação do PRONAF, a agricultura familiar no Brasil é reconhecida pela primeira vez na história como ator social. Antes vistos como pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores, e agora, percebidos como um modo de vida diferente ao imposto pela agricultura patronal predominante no país. Assim a agricultura familiar passa a ser um forte elemento de geração de riquezas para o país, e um segmento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, atendendo as premissas socioeconômicas, culturais e ambientais.

## **Considerações finais**

A partir dos dados coletados e das análises realizadas é possível concluir que:

Quanto à posse do imóvel, a maioria (81%) são proprietários das terras das unidades de produção e (19%) são proprietários e arrendatários.

Dos entrevistados, 76% têm Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, o que indica que a maioria tem acesso a assistência, a qual pode oportunizar inovações tecnológicas, busca de soluções bem como a troca de saberes.

Quanto à distância das propriedades em relação ao centro consumidor, a maioria, 66,6% localiza-se a uma distância menor que 20 km, e, o restante, 33,4% a uma distância acima de 30 km, o que não interfere na entrega dos produtos.

Em relação à renda, observa-se que não há uma associação linear entre tamanho de propriedade e a renda obtida mensalmente. Isto permite concluir, que as rendas obtidas nas unidades de produção analisadas podem ser melhoradas não somente com o aumento

da área, mas também, pela forma que é conduzida a unidade produtiva, ou seja, sua forma de gestão.

Por outro lado, em relação à satisfação com os preços recebidos, existe uma forte relação entre a diversificação dos produtos comercializados com o nível de satisfação. Ou seja, o nível de satisfação aumenta com o número de produtos comercializados.

A partir das informações geradas neste estudo, o programa de aquisição de alimentos PAA, no caso do município de Toledo, mostra-se uma política estratégica para o desenvolvimento rural sustentável, principalmente, por ser uma política incluída do ponto de vista social e viável do ponto de vista econômico, incentivando a diversidade de produção, a fidelidade na permanência no programa, a ampliação nos estoques de alimentos. Por outro lado, necessita de melhorias em relação aos aspectos ambientais nas propriedades e no processo de produção.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar a desenvolvimento territorial. Reforma Agrária - **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vol. 28, n. 1, 2 3 e 29, n. 1 - Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemdu/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: out. de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. SDT/MDA. Série Documentos Institucionais 01. Brasília, mar 2005.

\_\_\_\_\_. Companhia Nacional de Abastecimento. **O que é o PAA** Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003. **Repactuação e Alongamento de Dívidas Oriundas de Crédito Rural**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm)> acesso em: 04 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Material didático desenvolvimento sustentável. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.bancopire.org/teceroutromundo/admin/download/DESENVOLVIMENTO%20SUSTENTAVEL.pdf>>. Acesso em: 23 de dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Programa de Aquisição de Alimentos**. 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 03 de fev. 2015.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 1, n. 1, p. 107-38, 2007.

FELIPPI, A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n 4, out/dez 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em<  
[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006\\_2/notas\\_tecnicas.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000237>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa De Aquisição De Alimentos da Agricultura Familiar**. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20cartilha\\_programa\\_de\\_agricultura%20familiar.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20cartilha_programa_de_agricultura%20familiar.pdf)> <acesso em 25 de out. de 2014. Acesso em: 04 dez. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do Estado do Paraná**. Curitiba, 2013, 245 p.; il.; 30 cm.

PEREIRA, A. **Guia prático de utilização do SPSS: análise de dados para ciências sociais e psicologia**. 6. ed. Lisboa: Silabo, 2006

PERACI, A. S; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. **Fome Zero a Experiência Brasileira**. José Graziano da Silva: Mauro Eduardo Del Grossi: Caio Galvão de França (Org.); Brasília: MDA, 2010.

RAUPP, I. D.; RINALDI, R. N.; ROCHA JR. W. F.; O programa de aquisição de alimentos como canal de distribuição dos produtos da agricultura familiar. **48º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. 25 a 28 de julho de 2010. Campo Grande, MS. Anais. Campo Grande: Sober.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. Ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA. R. P. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista NERA**, ano 16, n. 23, Jul.-dez./2013.

TOLEDO. **A Experiência de Toledo no gerenciamento dos recursos do PAA será relatada em um livro.** Disponível em: < <http://www.toledo.pr.gov.br/noticia/a-experiencia-de-toledo-no-gerenciamento-dos-recursos-do-paa-sera-relatada-em-um-livro-0>>. Acesso em: 11 de dez. de 2014.

WANDERLEY, M. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000.

Recebido para publicação em 25 de agosto de 2015.

Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 26 de setembro de 2016.